



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

Atos da Presidência:

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

ATO PRESIDENCIAL Nº 001

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20 do Regimento Interno.

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete (07), membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, na sessão do dia 06 de março de 1995, com fundamento no § 3º, do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, destinada a apurar as irregularidades na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB, e, por um (01) do PP, PDT, PFL, PTB, PSC e PT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 14.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/95

SOMULA: Susta com base na Constituição Estadual, o item "1", da Resolução nº 14/95, de 07/02/95, da Secretaria de Estado da Fazenda (IPVA).

DATA: 14 de março de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustada, com base no inciso XXVIII, do artigo 54, da Constituição Estadual, o item "1", da Resolução nº 14/95 de 07 de fevereiro de 1995, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1995**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Nereu Moura.

As dez horas, foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tyreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51); Ausentes os Senhores Deputados: Basílio Zanusso, José Tavares e Sérgio Spada: (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 008/95

Curitiba, 24 de fevereiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas pertinentes à defesa do sanitismo vegetal no Estado do Paraná.

A proposta ora submetida a essa augusta Casa de Leis atende aos superiores interesses da Administração, eis que representa instrumento de fundamental importância à produção e à produtividade agrícola no Estado do Paraná, cuja economia é fundamentada na produção primária e na indústria derivada ou direcionada à agricultura.

Tal proposição consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os quais asseveram indispensável e emergencial o estabelecimento de normas adequadas às condições e necessidades regionais, tornando as atividades de defesa sanitária vegetal mais aptas, eficazes e imediatas.

A questão, como esclarece a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, foi tratada no Regulamento da Defesa Vegetal, estatuído pelo Decreto Federal nº 26.114, de 12 de abril de 1934. Parecer evidente que tal legislação, embora valiosa, está totalmente desatualizada e não mais atende as atuais circunstâncias e necessidades, inclusive aquelas definidas por características regionais.

Cabe, ainda, ressaltar que diante dos inúmeros detalhes técnicos e científicos, diversidade de espécies vegetais com fisiologia, morfologia e taxionomia específicas, todas circunstâncias que exigem ações e práticas urgentes ou imediatas, a proposta em causa contém dispositivo no sentido de que o Poder Executivo possa baixar atos complementares e estabelecer os procedimentos, as práticas e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal.

Ademais, o advento da medida ora sugerida, significará o exercício de competência administrativa, bem como do poder de polícia, salvaguardando interesses pertinentes ao seu âmbito de ação e definindo as infrações passíveis de penalidades, conforme especifica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Defesa do Sanitarismo Vegetal é instrumento fundamental para a produção e produtividade agrícola e, por conseqüência, compete ao Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, a definição e execução das normas e regras para o Paraná.

Art. 2º - A defesa do Sanitarismo Vegetal, tendo por base estudos, pesquisas e experimentos apropriados será efetuada:

I - Através de programas, projetos, campanhas, sîmiles de prevenção, erradicação, combate e controle de pragas e/ou doenças de vegetais, partes vegetais e plantas invasoras;

II - Pela imposição de regras e normas que estabeleçam procedimentos fitossanitários e práticas culturais, em toda a amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Vegetal, serão pautados em normas de proteção ao meio ambiente e na saúde humana.

Art. 3º - Cabe aos proprietários rurais, parceiros, arrendatários, donos de armazéns ou responsáveis, donos de depósitos ou responsáveis, a execução e o cumprimento das disposições e regras pertinentes, estabelecidas nesta lei, seu regulamento e demais normas decorrentes para o Estado do Paraná.

Art. 4º - Sempre que as pessoas denunciadas no artigo anterior deixarem de executar as medidas de proteção Sanitária Vegetal necessárias, o Estado efetuará os procedimentos ou tratos culturais mediante ressarcimento pleno dos trabalhos.

Art. 5º - Os procedimentos e práticas de Defesa Sanitária Vegetal e Defesa do Meio Ambiente tanto quanto a produção e a produtividade agrícola, são considerados de interesse público.

Art. 6º - O Poder Executivo, através da SEAB, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 7º - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará e normatizará a execução desta lei, que será levada a efeito pela SEAB, a qual, respeitadas estas disposições e as do Decreto Regulamentador, poderá baixar atos complementares.

Art. 8º - A SEAB fica conferido o poder de polícia administrativa, ficando-lhe, conseqüentemente, assegurado o livre acesso aos locais que contenham vegetais e partes vegetais no território estadual.

Art. 9º - As infrações desta lei e de suas normas complementares emanadas da autoridade competente, são passíveis das penalidades relacionadas abaixo:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Proibição do Comércio;

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando suprir insuficiência de dotação na atividade Manutenção do Ensino Superior na UEL.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção
dessa egrêgia Assemblêia, reite a Vossa
Excelência as expressões do meu mais alto
apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

§ 2º - Os valores referidos no parágrafo anterior serão sempre corrigidos pelos mesmos índices oficiais e legais, adotados pelo Estado, para os demais efeitos.

3º - As multas, obedecendo os limites do parágrafo primeiro, serão aplicadas por infrações cometidas e proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 4º - O Poder Executivo, pelo ato regulamentador desta lei, poderá estabelecer os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas no parágrafo anterior.

§ 5º - No caso de reincidência as multas poderão ser aplicadas em dobro.

§ 6º - O produto das multas deverá ser recolhido no Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP e será utilizado em despesas de manutenção ou aprimoramento da fiscalização exercida pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 7º - O Ato Regulamentador definirá os procedimentos fiscais, a forma de atuação, bem como a concessão de prazos para defesa e recursos, de modo a não prejudicar a eficácia dos procedimentos que, pela natureza do fato, exijam ação ou omissão imediata por parte do infrator.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 010/95

Curitiba, 09 de março de 1995.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I			FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO					RS 1,00	I
-----*						
--	*--*	*--*	*--*	*--*	*--*	*--*
I	I	INATUREZA	ILI		IN.DOI	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP	I
-----*						
I 1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I		I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I		I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I I		I	I
I	I	I	I I		I	I
I 1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I I		I	I
I 2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEL	I 3121.00	I50ILI	1.000.000	I0184	I
I	I	I 3132.15	I50ILI	300.000	I0184	I
-----*						
T O T A L				I	1.300.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00		I	

I I				INATUREZA I		ILI		IN. DOI	
ICODIGO I		ESPECIFICACAO		I DA		IFTIDI		IPROCI	
I I				IDESPESA I		IRI		ICOF I	

I 1200		I SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA I		I I I				I I	
I		I E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, I		I I I				I I	
I		I CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES I		I I I				I I	
I		I VINCULADAS I		I I I				I I	
I		I I		I I I				I I	
I 1210		I UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA I		I I I				I I	
I 2051		I ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO I		I I I				I I	
I		I HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL I		I I I				I I	
I		I DO NORTE DO PARANA I		I 3121.00 I 50 I		I LI		1.000.000 I 0184 I	
I		I I		I 3132.15 I 50 I		I LI		300.000 I 0184 I	

T O T A L						I		1.300.000 I	

MENSAGEM Nº 011/95

Governador do Estado

Curitiba, 09 de março de 1995.

Senhor Presidente.

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove reais), aos vigentes orçamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, aprovados pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas relativas à manutenção das Faculdades.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de Superávits Financeiros das referidas entidades, apurados nos balanços patrimoniais do exercício de 1994.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.851.139,00 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de Superávits Financeiros apurados nos balanços patrimoniais do exercício de 1994, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Art. 3º - Em decorrência do conteúdo nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I		FL. 01	I	
I DA DESPESA		ANEXO		I		RS 1,00	I	
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I		I		I		I
I		I						

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I I		FL. 02		I	
I DA RECEITA ANEXO				RS 1,00		I	
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI		
I		ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA E DOI	I		I	I	
I		ICOMERCIO, ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E	I		I	I	
I		ITECNOLOGIA - ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I	
I		I	I		I	I	
I		IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	I		I	I	
I1990.05.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	377.180	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
I1990.05.65		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	I 65 I	18.344	I0124I		
I		ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I		I	I	
I1990.05.66		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	I 66 I	21.532	I0124I		
I		ICONVENIOS COM ORGAOS DO ESTADO	I		I	I	
I2590.01.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	398.944	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
I2590.01.65		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	I 65 I	5.139	I0124I		
I		ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I		I	I	
I		IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	I		I	I	
I		I- UNICENTRO	I		I	I	
I1990.05.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	500.000	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
I2590.01.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	500.000	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
I		IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I		I	I	
I		ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	I		I	I	
I1990.05.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	4.000	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
I2590.01.59		ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	26.000	I0124I		
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	I	
T O T A L			I	1.051.139	I		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 012/95

Curitiba, 09 de março de 1995.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumprimento dar ciência a essa Egrêgia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto nº 246, de 03 de fevereiro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária ao convênio entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal para o projeto "Viva o Verão Naturalmente - 1995".

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

DECRETO Nº 246.

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, incisos III e VI da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III deste decreto.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 03 de fevereiro de 1995, 174º da Independência e 107º da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		246		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.				RS 1.00	
I	I	INATUREZA	ILI				
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI		VALOR		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI				ICOP
I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I				I
	I AMBIENTE	I	I I I				I
I 4503	IDIRETORIA GERAL	I	I I I				I
I 2235	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA	I	I I I				I
I	ISEMA	I 3132.15	I07ILI		90.000		I0099
T O T A L				I	90.000		I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		246		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.				RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DO	I PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I		I	
I	I AMBIENTE	I	I	I I		I	
I	I	I	I	I I		I	
4502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I	
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	
2234	I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP	I	4311.01	I 09 I I	90.000	I 0099	
T O T A L					I	90.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO		III		240		FL. 02	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.						RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL
I	I	I	DA	IFT	IDI	VALOR	IN.D	DO	DO
I	I	DESPESA	I	IRI	I	I	IPRO	CI	CI
I	I	I	I	I	I	I	ICOP	I	I
4600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I	I	I	I	I	I
	IAMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I	I
	I	I	I	I	I	I	I	I	I
4696	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I	I	I	I	I	I	I	I
	IIAP	I	I	I	I	I	I	I	I
2237	IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS	I	I	I	I	I	I	I	I
	IDE MEIO AMBIENTE, RECURSOS	I	I	I	I	I	I	I	I
	IHIDRICOS, CARTOGRAFIA E FUNDIARIAS	I	4130.00	I	09	I	I	I	I
							90.000	I	0099
TOTAL		I					90.000	I	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		246	FL. 03	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO NO.			RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI		
	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	I		I		
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I		
	I	I		I		
	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I		I		
2412.09.00	ITRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA	I 09	90.000	I0099		
	IAGRARIA	I		I		
T O T A L		I	90.000	I		

SUPLEMENTACAO		ANEXO V		246	FL. 04	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO No.			RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR			
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO					
1762.01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	90.000			
T O T A L			90.000			

CANCELAMENTO		ANEXO VI		246	FL. 04	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO No.			RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR			
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO					
1721.02.00	Titulos da Divida Agraria	09	90.000			
T O T A L			90.000			

A Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 013/95

Curitiba, 09 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrêgia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto nº 243, de 03 de fevereiro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de convênios assinados em 1994 entre a Secretaria de Estado da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

DECRETO Nº 243

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 27, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, in-

cisos III e IV da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) e fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada para a fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais, de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 03.02.95

174º da Independência 107º da República

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		243	FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.			RS 1,00	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO	
CODIGO		DA	IFTIDI		IPROC	
I		IDESPESA	IRI		ICOP	
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	
I		I	I I I		I	
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I	
2161	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I		I	
	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I		I	
	IPRE-ESCOLAR	I	3121.00I07ILI	200.000	I0094I	
I		I	3132.15I07ILI	1.100.000	I0094I	
T O T A L				I	1.300.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		243	FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.			RS 1,00	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO	
CODIGO		DA	IFTIDI		IPROC	
I		IDESPESA	IRI		ICOP	
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	
I		I	I I I		I	
3303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	
2159	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	
	IADMINISTRATIVA DA SEED	I	4121.00I20ILI	1.300.000	I0094I	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO III ANEXO AO DECRETO No.	243	FL. 02 R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	-		
1762.01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	1.300.000	
T O T A L			1.300.000	

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO IV ANEXO AO DECRETO No.	243	FL. 02 R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2119.02.00	Operacoes de Credito Internas Vinculadas	20	1.300.000	
T O T A L			1.300.000	

1 Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 014/95

Curitiba, 15 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido
no art. 53, inciso VIII, combinado com o
art. 66, inciso I, ambos da Constituição

Estadual, tenho a honra de encaminhar a
Vossa Excelência, para ser submetido à
apreciação dessa augusta Assembléia Legis-
lativa, o incluso anteprojeto de lei que
objetiva reajustar, a partir de 1º de mar-
ço de 1995, na forma das tabelas que o in-

tegram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, tais como a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, da Gratificação de Regência de Classe de que trata o art. 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e da Gratificação de Produtividade. Outrossim, é proposto novo critério de fixação de limites remuneratórios para fins do inciso XI, do art. 27, da Carta Estadual e art. 1º, da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, dos quais, não só atendendo reivindicações de alguns segmentos de servidores do Estado, como também harmonizando a norma legal à jurisprudência dos Tribunais, são excluídas algumas vantagens de cunho pessoal, conforme especifica o texto do art. 7º.

A medida constante do plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos da viabilidade feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Governo, obviamente, subordinando-se à atual situação do erário estadual e às previsões da receita do Estado para os próximos meses, sendo, sem qualquer sombra de dúvida, o máximo do que agora pode ser concedido. Esta proposição, portanto, retrata o grande esforço e a constante preocupação de meu Governo que, já a partir de seu início, vem desenvolvendo gestões no sentido de assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios os mais atualizados possíveis, mas, evidentemente, não se distanciando das condicionantes de que tratam os art. 169 da Magna Carta Federal e 137, da Constituição Estadual, em relação às despesas com folha de pagamento do funcionalismo público. E, sem dúvida, o primeiro passo com vistas a corrigir algumas distorções existentes na remuneração dos servidores estaduais que, a par de outras medidas a serem futuramente adotadas, ensejarão a implantação de uma justa política salarial aos integrantes dos quadros de pessoal do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(ã) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em janeiro de 1995, ficam reajustados em 10% (dez por cento), na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º - Os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, ficam reajustados em 25% (vinte e cinco por cento), na forma da tabela integrante do Anexo I desta lei.

Art. 3º - O soldo dos integrantes da Polícia Militar e o vencimento básico dos integrantes da Polícia Civil, ficam reajustados em 15% (quinze por cento).

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) e o valor das Pensões Especiais em R\$ 128,92 (cento e vinte e oito reais e noventa e dois centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), extensivo aos Técnicos Universitários lotados no Instituto de Saúde do Paraná, integrantes da classe "G" da tabela específica.

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que trata o art. 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos).

Art. 7º - Para fins do inciso XI do artigo 27 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1995, ficando revogados o artigo 2º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o § 2º do artigo 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário.

VIGÊNCIA: MARÇO DE 1995

TABELA 1

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	128.93	134.09	139.45	145.03	150.83	156.86	163.14	169.66	176.45	183.51	190.85
B	141.82	147.50	153.40	159.53	165.91	172.55	179.45	186.63	194.10	201.86	209.93
C	156.01	162.25	168.74	175.49	182.51	189.81	197.40	205.29	213.51	222.05	230.93
D	171.61	178.47	185.61	193.03	200.76	208.79	217.14	225.82	234.86	244.25	254.02
E	188.77	196.32	204.17	212.34	220.83	229.66	238.85	248.41	258.34	268.68	279.42
F	207.64	215.95	224.59	233.57	242.91	252.63	262.74	273.25	284.18	295.54	307.36
G	245.02	254.82	265.01	275.61	286.64	298.11	310.03	322.43	335.33	348.74	362.69
H	303.83	315.98	328.62	341.76	355.43	369.65	384.44	399.81	415.81	432.44	449.74
I-III	532.93	554.25	576.42	599.47	623.45	648.39	674.33	701.30	729.35	758.53	788.87
I-II	615.00	639.60	665.19	691.79	719.46	748.24	778.17	809.30	841.67	875.34	910.35
I-I	709.71	738.10	767.62	798.33	830.26	863.47	898.01	933.93	971.29	1,010.14	1,050.55

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	96.70	100.57	104.59	108.77	113.12	117.65	122.35	127.25	132.34	137.63	143.14
B	106.37	110.62	115.05	119.65	124.44	129.41	134.59	139.97	145.57	151.39	157.45
C	117.00	121.69	126.55	131.61	136.88	142.35	148.05	153.97	160.13	166.53	173.20
D	128.71	133.85	139.21	144.79	150.57	156.59	162.85	169.37	176.14	183.19	190.52
E	141.58	147.24	153.13	159.25	165.62	172.25	179.14	186.30	193.76	201.51	209.57
F	155.73	161.96	168.44	175.18	182.19	189.47	197.05	204.93	213.13	221.66	230.52
G	183.77	191.12	198.76	206.71	214.98	223.58	232.52	241.82	251.50	261.56	272.02
H	227.87	236.98	246.46	256.32	266.57	277.24	288.33	299.86	311.85	324.33	337.30
I-III	399.70	415.69	432.31	449.61	467.59	486.29	505.74	525.97	547.01	568.89	591.65
I-II	461.25	479.70	498.89	518.84	539.60	561.18	583.63	606.97	631.25	656.50	682.76
I-I	532.28	553.57	575.72	598.75	622.70	647.60	673.51	700.45	728.47	757.61	787.91

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-III	399.70	415.69	432.31	449.61	467.59	486.29	505.74	525.97	547.01	568.89	591.65
J-II	461.25	479.70	498.89	518.84	539.60	561.18	583.63	606.97	631.25	656.50	682.76
J-I	532.28	553.57	575.72	598.75	622.70	647.60	673.51	700.45	728.47	757.61	787.91

TABELA II		
QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA		
VIGENCIA: MARCO DE 1995		
NIVEL		VALOR
01	30.37
02	30.98
03	31.60
04	32.23
05	32.87
06	33.53
07	34.20
08	34.89
09	35.58
10	36.30
11	37.07
12	37.76
13	38.52
14	39.29
15	40.07
16	40.88
17	41.69
18	42.53
19	43.38
20	44.24
21	45.13
22	46.03
23	46.95
24	47.89
25	48.85
26	49.83
27	50.82
28	51.84
29	52.88
30	53.93

VIGENCIA: MARCO DE 1995		TABELA III
CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO		
A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
SIMBOLO	DAS-1.....	453.55
	DAS-2.....	400.30
	DAS-3.....	373.07
	DAS-4.....	319.01
	DAS-5.....	291.76

B - CARGOS EM COMISSAO		
SIMBOLO		
1-C	108.29	
2-C	173.89	
3-C	160.52	
4-C	148.27	
5-C	139.37	
6-C	131.01	
7-C	123.15	
8-C	115.76	
9-C	108.82	
10-C	102.29	
11-C	97.17	
12-C	92.31	
13-C	87.70	
14-C	83.31	
15-C	79.15	

C - FUNCAO GRATIFICADA		
SIMBOLO		
1-F	11.43	
2-F	9.71	
3-F	8.56	
4-F	6.86	
5-F	6.28	
6-F	5.12	
7-F	3.98	
8-F	3.43	
9-F	2.79	
10-F	2.27	

VIGENCIA: MARCO DE 1995

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	136.03	156.43	187.71	215.87	248.25
2	142.83	164.25	197.10	226.67	260.67
3	149.97	172.46	206.96	238.00	273.70
4	157.47	181.09	217.30	249.90	287.38
5	165.34	190.14	228.17	262.39	301.75
6	173.61	199.65	239.58	275.51	316.84
7	182.29	209.63	251.56	289.29	332.68
8	191.40	220.11	264.13	303.75	349.32
9	200.97	231.12	277.34	318.94	366.78
10	211.02	242.67	291.21	334.89	385.12
11	221.57	254.81	305.77	351.63	404.38

VIG.: 03/95			TABELA V		
Q U A D R O			U N I C O		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA					
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.			
1	136.03	136.03			
2	142.83	142.83			
3	149.97	149.97			
4	157.47	157.47			
5	165.34	165.34			
6	173.61	173.61			
7	182.29	182.29			
8	191.40	191.40			
9	200.97	200.97			
10	211.02	211.02			
11	221.57	221.57			

VIGENCIA: MARÇO DE 1995											
TABELA VI											
INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	128.93	136.85	145.26	154.18	163.65	173.71	184.38	195.71	207.73	220.49	234.04
B	145.25	154.18	163.65	173.78	184.37	195.78	207.72	220.48	234.03	248.44	263.67
C	163.64	173.78	184.37	195.69	207.72	220.48	234.02	248.40	263.66	279.85	297.05
D	184.36	195.69	207.71	220.47	234.01	248.39	263.65	279.84	297.84	315.28	334.65
E	207.70	220.46	234.00	248.38	263.64	279.83	297.83	315.27	334.64	353.20	377.02
F	233.99	248.37	263.63	279.82	297.81	315.26	334.63	353.19	377.81	400.17	424.75
G	279.74	314.38	352.64	392.89	434.61	479.74	527.64	578.49	632.46	689.74	750.55
H	324.86	369.72	419.83	471.87	528.94	584.81	639.73	698.87	759.34	822.31	887.91
I	389.37	449.15	514.82	581.85	657.31	737.87	823.82	914.24	1009.23	1108.87	1212.27
J	479.74	544.38	619.64	697.89	784.61	879.74	979.64	1084.49	1194.26	1308.87	1428.55

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO														
CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
BSA-02	1.201.37	1.118.81	1.025.60	947.62	875.55	808.98	747.46	689.62	636.11	587.58	544.75	503.33	463.85	427.00
BS	608.68	555.81	512.80	473.81	437.78	404.49	373.73	345.31	319.05	294.71	272.38	251.66	232.53	214.85

VIGENCIA: MARCO DE 1995		TABELA VII
QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRAIDO		
LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS		260.01
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS		177.28
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS		118.19
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS		196.61
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS		134.05
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS		89.37
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS		163.84
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS		111.71
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS		74.47

PROFESSORES CELETISTAS TABELA VIII
VIGENCIA: MARCO DE 1995

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	3.04
	LICENCIATURA CURTA	2.30
	NAO LICENCIADO	1.92
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	149.97

TABELA IX

DIA: MARCO DE 1995

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

CRICAO DO CARGO	TIDE	T-40 COM TIDE	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PROF. AUXILIAR N.1	295.22	831.99	536.77	456.25	375.74	322.06	268.36	161.03	134.19	120.77
PROF. AUXILIAR N.2	304.08	856.95	552.87	469.94	387.01	331.72	276.44	165.86	138.22	124.40
PROF. AUXILIAR N.3	313.20	882.66	569.46	484.04	398.62	341.67	284.73	170.84	142.36	128.13
PROF. AUXILIAR N.4	322.60	909.14	586.54	498.36	410.58	351.92	293.27	175.96	146.63	131.97
PROF. ASSISTENTE N.1	388.60	1,095.15	706.55	600.56	494.58	423.93	353.27	211.96	176.64	158.97
PROF. ASSISTENTE N.2	400.26	1,128.00	727.74	618.58	509.42	436.65	363.87	218.32	181.94	163.74
PROF. ASSISTENTE N.3	412.27	1,161.84	749.57	637.14	524.70	449.74	374.79	224.87	187.39	168.65
PROF. ASSISTENTE N.4	424.63	1,196.70	772.06	656.25	540.44	463.24	386.03	231.62	193.02	173.71
PROF. ADJUNTO N.1	452.24	1,274.48	822.25	698.91	575.57	493.35	411.12	246.67	205.56	185.01
PROF. ADJUNTO N.2	465.80	1,312.72	846.91	719.88	592.84	508.15	423.46	254.07	211.73	190.56
PROF. ADJUNTO N.3	479.78	1,352.10	872.32	741.47	610.62	523.39	436.16	261.70	218.08	196.27
PROF. ADJUNTO N.4	494.17	1,392.66	898.49	763.72	628.94	539.09	449.25	269.55	224.62	202.16
PROF. TITULAR N.1	528.76	1,490.15	961.38	817.18	672.97	576.83	480.69	288.42	240.35	216.31
PROF. TITULAR N.2	544.62	1,534.65	990.23	841.69	693.16	594.14	495.11	297.07	247.56	222.00
PROF. TITULAR N.3	560.96	1,580.90	1,019.93	866.94	713.95	611.96	509.97	305.98	254.98	229.48
PROF. TITULAR N.4	577.79	1,628.32	1,050.53	892.95	735.37	630.32	525.27	315.16	262.63	236.30

VIGENCIA: MARCO DE 1995

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	ICL	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	472.86	477.74	482.61	487.49
AGENTE FISCAL 1	B	453.36	458.24	463.11	467.99
AGENTE FISCAL 1	A	433.86	438.74	443.61	448.47
AGENTE FISCAL 2	C	414.36	419.24	424.11	428.99
AGENTE FISCAL 2	B	394.86	399.74	404.61	409.47
AGENTE FISCAL 2	A	375.36	380.24	385.11	389.99
AGENTE FISCAL 3	C	320.28	324.67	329.05	333.44
AGENTE FISCAL 3	B	302.73	307.12	311.51	315.89
AGENTE FISCAL 3	A	285.19	289.56	293.95	298.34
AGENTE FISCAL 4	D	202.49			
AGENTE FISCAL 4	C	188.31			
AGENTE FISCAL 4	B	163.20			
AGENTE FISCAL 4	A	132.61			

B - CARGOS EM COMISSAO

	CL	R\$
DIRETOR	A	609.37
INSP. GERAL TRIB	B	572.80
INSP. GERAL ARRE	B	572.80
INSP. GERAL FISC	B	572.80
CHEFE DE ASSESSO	B	572.80
CONSULTOR TECNICO	C	542.34
ASSISTENTE TECNI	C	542.34
DEL. REGIONAL DE	C	542.34
AUXILIAR TECNICO	D	524.06

TABELA XI

MARCO DE 1995

PILOTOS

IVEL SSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	826.03	850.82	876.34	902.63	929.71	957.60	986.33	1,015.92	1,046.40	1,077.79	1,110.12
B	731.00	752.93	775.52	798.79	822.75	847.43	872.86	899.04	926.01	953.79	982.41
C	646.91	666.31	686.30	706.89	728.10	749.94	772.44	795.61	819.48	844.07	869.39
D	572.48	589.66	607.35	625.57	644.33	663.66	683.57	704.08	725.20	746.96	769.37
E	497.78	512.72	528.10	543.94	560.26	577.07	594.38	612.21	630.58	649.49	668.98

ASSE	VALOR DE HORA/ VOO DIURNA	VALOR DE HORA/ VOO NOTURNA
B e C	10.84	16.57
D	5.42	11.45

TABELA XII

QUADRO ESPECIAL DE ADVOGADOS

VIGENCIA: MARCO DE 1995

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	1,678.96
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	1,595.01
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	1,515.26
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	1,439.50
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	1,367.53

VIGENCIA: MARCO DE 1995

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUARA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	399.69	415.67	432.30	449.59	467.57	486.26	505.73	525.96	547.00	568.88	591.63
B	463.63	482.18	501.47	521.53	542.35	564.08	586.65	610.11	634.52	659.90	686.29
C	537.82	559.33	581.70	604.97	629.17	654.34	680.51	707.73	736.04	765.48	796.10

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P26	2.49	2.61	2.74	2.88	3.02	3.17	3.33	3.50	3.67	3.84	4.05
PROF 36F	3.11	3.27	3.43	3.60	3.78	3.97	4.17	4.38	4.60	4.83	5.07

CIA: MARÇO DE 1995

TABELA XIV
 TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
399.89	415.67	432.30	449.59	467.57	486.28	505.73	525.96	547.00	568.88	591.63
537.82	559.33	581.70	604.97	629.17	654.34	680.51	707.73	736.04	765.48	796.10

TABELA XVI
 QUADRO DA POLICIA CIVIL

VIGENCIA: MARÇO DE 1995

C A R G O S	VENCIMENTOS				
11a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE	15a CLASSE	
ESCRIVAO DE POLICIA	279.39	258.70	239.53	221.79	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					201.63
DACTILOSCOPISTA	206.09	196.28	186.93	178.03	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	171.74	163.56	155.77	148.36	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	154.16	146.82	139.83	133.17	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	257.89				
COMISSARIO	279.39				

TABELA XV
 QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

VIGENCIA: MARÇO DE 1995

C A R G O S	VENCIMENTOS				
11a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE	15a CLASSE	
MEDICO LEGISTA	503.02	465.76	431.26	399.31	
PERITO CRIMINAL	503.02	465.76	431.26	399.31	
QUIMICO LEGAL	503.02	465.76	431.26	399.31	
TOXICOLOGISTA	503.02	465.76	431.26	399.31	

VIGENCIA: MARÇO DE 1995

TABELA XVII
QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	713.17
TENENTE-CORONEL	641.84
MAJOR	606.20

FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	505.45
1o. TENENTE	446.32
2o. TENENTE	386.50
ASP. A OFICIAL	321.57

FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	221.52
ALUNO DE 2o. ANO	196.06
ALUNO DE 1o. ANO	184.99

FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE	225.33
1o. SARGENTO	214.05
2o. SARGENTO	208.63
3o. SARGENTO	196.98

FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	186.07
SOLDADO 1a. CLASSE	180.02
SOLDADO 2a. CLASSE	148.52

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA: MARCO DE 1995

CARGO	R\$
DELEGADO DE 1A. CLASSE	1,595.01
DELEGADO DE 2A. CLASSE	1,515.26
DELEGADO DE 3A. CLASSE	1,439.50
DELEGADO DE 4A. CLASSE	1,367.53

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA: MARCO DE 1995

CARGO	R\$
PROCURADOR DE 1A. CLASSE	1,678.96
PROCURADOR DE 2A. CLASSE	1,595.01
PROCURADOR DE 3A. CLASSE	1,515.26
PROCURADOR DE 4A. CLASSE	1,439.50
PROCURADOR DE 5A. CLASSE	1,367.53

Mensagem n° 015/95:

Curitiba, 15 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que às indústrias e cooperativas, com estabelecimentos no Paraná, que adquiram milho em grão de produtores paranaenses, para utilização no processo industrial ou na atividade de integração ou parceria, é concedido prazo de 90 (noventa) dias, além do normal, para o recolhimento do ICMS das operações com os produtos resultantes de sua industrialização, no montante de 12% (doze por cento) do valor da entrada de milho em grão no respectivo mês, assim como visando adotar outras providências em torno do assunto.

O plano de lei em referência é de grande significado e consulta plenamente aos superiores interesses públicos eis que, a concessão do prazo de 90 (noventa) dias, além daquele normal, para o reconhecimento do ICMS pelas indústrias e cooperativas que menciona, virá, sem qualquer dúvida, possibilitar superação de dificuldades momentâneas de comercialização e armazenamento do produto "in-natura", ora

enfrentadas do setor, além de ensejar condições que proporcionarão aumento de produção industrial, maior volume de negócio e conseqüente estabilidade de preços.

Certos de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Art. 1° As indústrias e cooperativas, com estabelecimentos no Paraná, que adquiram milho em grão de produtores paranaenses, para utilização no processo industrial ou na atividade de integração ou parceria, é concedido prazo de 90 (noventa) dias, além do normal, para o recolhimento do ICMS das operações com os produtos resultantes de sua industrialização, no montante equivalente a 12% (doze por cento) do valor da entrada de milho em grão no respectivo mês.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo deixará de prevalecer se o contribuinte não recolher o imposto no prazo fixado no "caput".

Art. 2º - Para fins de apuração e declaração, a parcela do imposto sujeita ao recolhimento em prazo especial será lançado no campo 64 da Guia de Informação e Apuração do ICMS-GIA/ICMS ou da Guia de Informação, Apuração e Recolhimento do ICMS - GIAR/ICMS, consignando-se, no campo reservado a observações, a expressão "estorno de débito em decorrência de dilação de prazo", seguida do número desta Lei,

§ 1º - Apurado o imposto a ser recolhido no prazo especial, o contribuinte comunicará a repartição fiscal, no mês seguinte ao das operações, para fins de controle, a data prevista para o recolhimento e o respectivo montante.

§ 2º - O imposto será recolhido através de Guia de Recolhimento Modelo 3 - GP-3, devendo constar, no campo reservado à discriminação, a expressão "recolhimento de imposto em prazo especial", seguida do número desta Lei.

Art. 3º - Não se aplica à dilação concedida por esta lei, o disposto na parte final do inciso I, do § 1º, do art. 47, da Lei nº 9.933, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para as aquisições realizadas entre 1º de março e 30 de junho de 1995.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 52/95, de autoria do Poder Executivo, que objetiva reajustar os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, a partir de 1º de março de 1995.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 53/95, que concede o prazo de noventa (90) dias para o recolhimento do ICMS às Indústrias e Cooperativas do Paraná que adquiriam milho em grão de produtores paranaenses, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com base no Regimento Interno, REQUER, a transformação do Plenário em Comissão Geral na data de hoje, para discutir e votar o Projeto de Lei nº 52/95, se encontra em Regime de Urgência e que objetiva reajustar vencimentos dos funcionários civis e militares do Estado.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Luiz Cláudio Romanelli, Reny Borsato, Ricardo Chab, Rossoni, Albanor Gomes, Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães, Antonio Belinati, Toti Colaço, Nelson Garcia, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Edson Silva Lino, Irondi Pugliesi, Eduardo Trevisan, Durval Amaral, Beto Richa, Marcos Alves, Augustinho Zucchi, Edgard Bueno, Cezar Seleme, Geraldo Cartário, Nelson Tureck, João Techy e Duílio Genari.

REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação do Plenário em Comissão Geral, no próximo dia 20 do corrente mês, para votar o Projeto de Lei nº 53/95, de autoria do Poder Executivo, que concede prazo de 90 dias para recolhimento do ICMS às Indústrias e Cooperativas que adquiram grãos de produtores paranaenses.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento: Luiz Accorsi, Milton Puppio, Sâmis da Silva, Edgard Bueno, Orlando Pessuti, Albanor Gomes, Antonio Belinati, Toti Colaço, Reny Borsato, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Irondi Pugliesi, Cezar Silvestri, Edson Silva Lino, José Maria Ferreira, Renato Adur, Edno Guimarães, Caíto Quintana, Nereu Alves de Moura, Rossoni, Walmor Trentini e Algaci Túlio.

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, Voto de profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Eurípedes Moraes, Prefeito de Uniflor, ocorrido em 23 de fevereiro passado.

O extinto, nascido em 1935, deixa três filhos, dois netos e uma grande história de luta pelo crescimento da região.

Foi pioneiro no município, onde durante toda sua vida exerceu atividades como comerciante e agricultor, além de ter sido Vereador por três legislaturas consecutivas, Vice-Prefeito e Prefeito, cargo que exercia desde 1º de janeiro de 1993.

Requer, ainda, que da decisão desta

Casa seja dado ciência à família enlutada, através de correspondência enviada para a Prefeitura Municipal de Uniflor.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Geny Martins de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa de grande rol de amizades, deixando parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Rodolfo Serzedelo, 114 - Vila Ana Rita em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa e comunicado à família enlutada, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Longino Reledzinski.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada residente à rua Teodoro Kluppel, 422 - Olarias - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.

A Deputada, que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, Votos de Congratulações, ao Senhor Hiraldo Novelli, cidadão Araponguense, eleito em 1° de Março de 1995, Empregado Padrão Nacional dos Correios", em Brasília.

Após concorrer com candidatos de todo o território nacional, sua eleição foi reconhecimento da sua dedicação e competência profissional, destacando sua eficiência e personalidade, contribuindo, desta forma, para que o Município de Arapongas, novamente, seja destaque nacional por suas obras e sua gente dinâmica.

Outrossim, requer-se que seja dado ciência ao Senhor Hiraldo Novelli, através de correspondência, a ser enviada para Rua Batuqueira, ao lado do n° 350, Vila Sampaio - Arapongas-PR. CEP- 86705-030.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Sant'Ana, de Ponta Grossa pela comemoração de seus 90 anos de história.

Ao longo dos últimos 90 anos o Colégio Sant'Ana vem fornecendo conhecimento e sabedoria a milhares de alunos que ali um dia estudaram ou ainda estudam.

Para comemorar esta data tão importante e solene o Colégio está promovendo diversas festividades, como palestras, missa, jantar entre outros.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Colégio Sant'Ana, em nome de sua Diretoria, dos professores, funcionários e alunos, à Rua Sen. P. Machado- 189 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Município de Telêmaco Borba, pela comemoração de 31 anos de existência.

Requer ainda, qua a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Município de Telêmaco Borba, em nome do Prefeito Municipal Senhor Paulo Cezar Nocêra e de todos os municípios, a Av. Santos Dumont- 181- em Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 367

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Município de Tibagi, que comemora 200 anos de posse e 123 de Emancipação Política.

Ao longo das várias décadas de existência o Município de Tibagi, vem acumulando história, acolhendo visitantes temporários e também fixos que ali se instalaram procurando um padrão de vida adequado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Município de Tibagi, em nome de seu prefeito Municipal Senhor José Tibagy de Mello e de todos os munícipes, sito a Praça Edmundo Mercer, 10 - Caixa Postal- 03- em Tibagi - PR.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 368

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações à Casa do Estudante Luterano Universitário-CELU, pela comemoração dos seus 25 anos de fundação.

A CELU, abrange em seu quadro de moradores cerca de 90 universitários, que tem sua origem no interior do Estado e também em outros Estados do Brasil.

Para comemorar esta solene data, a CELU, está realizando várias comemorações, como palestras, exposições, baile, entre outras.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à CELU, em nome de seu Presidente Claudinei Wiebbeling, e de todos os moradores, sito à rua Pres. Carlos Cavalcanti - 239, N/Capital.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações à Rede Ferroviária Federal S.A., pelos 38 anos de sua fundação, comemorados nesta data.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Rede Ferroviária Federal S.A. nos 38 anos desde a sua fundação tem prestado inestimáveis serviços ao nosso país.

A R.F.F.S.A. durante toda a sua história, ao lado dos serviços ferroviários, foi também instrumento de consolidação da interiorização do progresso.

Os trabalhadores da R.F.F.S.A. têm se desdobrado ao longo dos anos para elevar cada vez mais a qualidade dos serviços ferroviários, apesar da política governamental de sucateamento da empresa.

Neste momento a grande luta a ser travada pela sociedade brasileira é pela preservação deste patrimônio público construído durante décadas.

Daí a razão deste nosso requerimento, ao qual solicitamos o apoio dos Nobres Deputados deste Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

Nos termos do que prescreve o Regimento Interno, combinado com o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa quais as medidas de fiscaliza-

ção envidadas pela Secretaria de Estado da Fazenda em razão das obrigações assumidas no Termo de Compromisso firmado em 29 de agosto de 1994, na sede da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, juntamente com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral de Justiça, Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Associação da Família de Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), Indústrias João José Zattar S/A, Comissão Pastoral da Terra, o Pároco de Pinhão e o Movimento de Posseiro de Pinhão.

A letra "H" do referido Termo de Compromisso diz que a Secretaria de Estado da Fazenda será acionada no intuito de se conseguir a fiscalização da regularidade fiscal na extração e circulação de madeiras e erva-mate em Pinhão e localidades adjacentes, contribuindo para colocar um fim nos conflitos fundiários que convulsionam a vida em sociedade naquela região do Estado do Paraná.

No conflito fundiário supracitado a maioria das denúncias envolvendo as Indústrias João José Zattar dão conta de, que o poderio econômico está sendo utilizado para oprimir a população. Dessa forma, a Secretaria de Fazenda do Estado deve possuir dados mais consistentes sobre o desenvolvimento das atividades econômicas na região e são essas as informações que o Deputado signatário quer obter a fim de tornar conhecimento do estágio dos esforços do Executivo Estadual para colocar definitivamente, um fim nessa infame luta que só serve para interromper o crescimento da região de Pinhão.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente.

O Deputado adiante nominado, utilizando-se das prerrogativas regimentais e do que dispõe o artigo 55 da Constituição Estadual, REQUER à Mesa seja oficiado ao Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, Nilton Melquiades da Silva (Rua Brigadeiro Franco, 1733), em Curitiba, solicitando ao mesmo que remeta a esta Casa relação especificando o número e os valores das autuações feitas às indústrias João José Zattar S/A, com sede na cidade de Pinhão, no período de 1991 a 1994, bem como se as multas foram pagas e em que data.

As informações solicitadas destinam-se a esclarecimento público, tendo em vista que o IBAMA/Curitiba participou da assinatura do Termo de Compromisso firmado em 29

de agosto de 1994, na sede da Câmara Municipal de Pinhão, objetivando solucionar conflitos fundiários surgidos naquela região.

A letra "D" do citado Termo de Compromisso fixa como compromisso do IBAMA fiscalizar a área e o transporte de madeira na região dos conflitos fundiários. Dessa forma, diante da continuidade dos problemas na mencionada localidade, espera-se que a atuação desse órgão seja informada ao Legislativo do Estado do Paraná, para ciência dos Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais e o que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o Deputado adiante nominado REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe os motivos que têm levado aquela Secretaria a renovar o alvará de funcionamento da empresa de vigilância de propriedade das Indústrias João José Zattar, com sede na cidade de Pinhão, sendo que os integrantes dessa guarda andam constantemente armados, intimidando a população da cidade.

No ano de 1991 uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, integrada pelos Deputados Ovídio Constantino, Emilia Belinati e Mário Bezerra, tirou como uma das conclusões do respectivo trabalho de investigação a necessidade de desarmamento da guarda das Indústrias Zattar, na Comarca de Pinhão. Inclusive, em janeiro de 1995, foi concedida liminar em processo judicial determinando o desarmamento da citada guarda, posto que esta funciona como uma verdadeira milícia.

A rigor, a renovação do alvará de funcionamento da guarda em questão jamais deveria ter sido concedida, porque seria uma forma do Estado atuar para a solução dos conflitos fundiários registrados na Comarca de Pinhão, onde a violência chegou a níveis intoleráveis. Dessa forma, a população cobra uma postura mais enérgica do Governo do Estado, posto que vidas preciosas estão sendo ceifadas nessa luta há vários anos, demonstrando que o poderio econômico está acima dos direitos fundamentais do ser humano como a própria vida.

sala das Sessões, em 16.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o Deputado adiante nominado REQUER à Mesa

seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa se há previsão no Orçamento de 1995 para a execução da pavimentação asfáltica da ligação das seguintes localidades: Aquidabã, Itambé, Cambuí, Itambé, São Luiz, Via Vale Azul, Maringá, conforme reivindicação do Prefeito Municipal de Marialva, Exmo. Sr. Onésimo Aparecido Bassan.

Cabe destacar que essa reivindicação foi formulada, primeiramente, em fevereiro de 1994, constante do Ofício nº 10/94 endereçado ao então Governador Mário Pereira pela Associação dos Municípios do Setentrional Paranaense. Dessa forma, a presente informação pretende oferecer uma resposta para os municípios daquela região, posto que cobram providências da administração pública.

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lubomir Ficinski Dunin, Mui Digno Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um salão comunitário no Parque das Laranjeiras, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Irineu R. Cordeiro e José Michelli, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Associação de Moradores do Parque das Laranjeiras (Rua B, 1034, quadra 06 - lotes 06 e 08 em Umuarama).

Sala das Sessões, em 16.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA.

Em expediente os referidos representantes da Associação de Moradores do Parque das Laranjeiras, com sede em Umuarama, reivindicam com urgência a obra para promover reuniões, encontros e desenvolvimento de programas e projetos de interesses comunitários.

REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial devidamente equipada, para atender o Município de Tapira.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira; ao Vereador José França Belarmino, na Câmara Municipal de Tapira e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Delegacia de Polícia de Tapira possa realizar seu trabalho com maior eficiência no sentido de assegurar a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, garantindo conseqüentemente tranqüilidade àquela população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Schuartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sinalização, com placas e listas, bem como, reparos na pista e acostamento da Rodovia PR-323 de Maringá a Guaíra.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Fator, Presidente da Cooperativa Consumo Rod. Bens de Umuarama (Av. Parigot de Souza, 1471, CEP 87503-460), Senhor Alexandre Ceranto, Deputado Federal (Rua Des. Munhoz de Mello, n° 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - 1° andar, em Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela é inseguro e tem sido o responsável por centenas de acidentes de gravidade, visto haver defeito na pista. Sinalização vertical e horizontal, reparos na pista e acostamento são algumas das medidas urgentes que precisam ser providenciadas.

REQUERIMENTO N° 358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Luiz Antonio de Camargo Fayet - Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a instalação de uma Agência bancária no Município de Nova Santa Bárbara.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Júlio Aparecido Bittencourt - Prefeito Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 15.03.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A instalação dessa agência bancária justifica-se em função do crescimento populacional do município e regiões vizinhas que atualmente contam com os serviços de um posto avançado, sendo também uma antiga reivindicação dos moradores daquela localidade.

REQUERIMENTO N° 359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Pedro Fontana, Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, com votos de congratulações, pela passagem do segundo ano de emancipação do município, dia 19 de março de 1995.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Saudade do Iguaçu é um município de apenas dois anos e já destaca-se pela sua administração séria e competente junto ao Prefeito Pedro Fontana. Sua riqueza baseia-se na agricultura pela produção do milho e feijão. Na pecuária, os suínos são a grande criação para toda a região..

Nada mais justo do que o nosso cumprimento ao prefeito e toda população pela brilhante conquista no desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO N° 361

SÍNULA: Requer, o envio de expedientes ao Doutor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado, ao Doutor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação ao Doutor Rafael Greca de Macedo, Prefeito Municipal de Curitiba, e a Professora Liete da Rocha Blume, Secretária Municipal da Educação, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes as autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja incluída no Programa de Educação do Governo do Estado, a implantação do Curso de 2° Grau noturno, na Escola Municipal Júlia Amaral Di Lenna, localizada no Conjunto Habitacional Santa Efigência, Bairro da Barreirinha nesta capital.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Júlia Amaral Di Lenna, tem formado uma média de 100 (cem) alunos de 8ª Série do Primeiro Grau..

anualmente, sendo que a maioria desses alunos param com seus estudos, ou por falta de recursos financeiros, ou pela distância das Escolas Estaduais que mantêm o 2º Grau, ou por medo dos pais de colocarem seus filhos nas escolas e ficarem na dependência do transporte coletivo.

Qualquer município do interior do Estado, com menos população do que a existente naquele conjunto habitacional e vilas circunvizinhas, contam com uma escola de 2º grau. A população ali residente, a mais de 18 anos vem reivindicando a implantação desse Curso e a justificativa, sempre foi o motivo da escola ser municipal.

A Escola Municipal Júlia Amaral Di Lenna, possui 21 salas de aula, e tem aproximadamente 1500 alunos matriculados nas oito séries do 1º Grau, além do pré-escolar que este ano voltou a funcionar, já que também era bastante reclamado.

É uma injustiça para com a comunidade, que uma escola desse porte fique fechada no período noturno, obrigando os jovens que concluíram o curso primário a procurarem outros estabelecimentos de ensino para prosseguirem com seus estudos, sendo obrigados, na maioria dos casos, a procurarem as escolas particulares, pela facilidade de locomoção no transporte coletivo, o que não acontece com as escolas estaduais que ficam, na maioria, fora de mão, além de deixar os familiares preocupados com o horário de chegada em casa, normalmente após as 23:30 minutos, visto que neste horário os ônibus também têm seus horários modificados pelo baixo número de passageiros.

REQUERIMENTO N° 362

SOLICITA: REQUER, o envio de expediente ao Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado, e ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes as autoridades acima mencionadas, para que seja incluído no Programa de Obras do Governo do Estado, o reinício dos trabalhos de terraplanagem e pavimentação, da Rodovia PR-151, no trecho que liga os Municípios de Carlópolis a Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

As obras da Rodovia PR-151, no trecho que liga os Municípios de Carlópolis a Ribeirão Claro, encontra-se paralisadas há

vários anos, e muito têm prejudicado a população daquela região, principalmente no escoamento da produção agrícola, e no transporte de alunos que cursam as faculdades de Jacarezinho e Bandeirantes.

O reinício e conclusão daquelas obras, virá de encontro aos anseios daquela população, que muito tem sofrido, principalmente em épocas de chuva, que se vê prejudicada no escoamento de suas safras agrícolas, e também os estudantes que se prejudicam com as faltas escolares por não poderem assistir as aulas, além de ajudar no desenvolvimento daquela região, por ser fronteira com o Estado de São Paulo, que se beneficiará com o MERCOSUL.

REQUERIMENTO N° 363

SOLICITA: REQUER, o envio de expedientes ao Doutor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Parlamentar, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes as autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja incluída no Programa de Obras do Governo do Estado, a pavimentação da Rodovia PR-151, no trecho que liga os Municípios de Sengés a São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da PR-151, no trecho que liga os Municípios de Sengés a São José da Boa Vista, é uma reivindicação antiga da população daquela região, principalmente dos agricultores, que se sentem prejudicados no escoamento de suas safras agrícolas, em épocas de chuvas, além dos estudantes que cursam as faculdades de Jacarezinho e Bandeirantes. A referida pavimentação acabaria com as reclamações daquela população, com referência ao péssimo atendimento na conservação daquela rodovia por parte dos engenheiros do Escritório Regional do DER de Jacarezinho.

REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes Deni Schwartz, solicitando o reinício das obras de pavi-

mentação asfáltica do trecho que liga o Município de Irati a Inácio Martins.

Solicito que seja dada ciência ao prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Como representante da Região, não poderia deixar de enfatizar a importância desta obra, que é prioritária para o Município de Inácio Martins, sendo um dos únicos Municípios que não é ligado por asfalto, em prejuízo à locomoção da comunidade e escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informação ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando B.M. Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando as seguintes informações:

1. No período janeiro 1991/dezembro 1994, especificando a data, solicito que foi o montante de verbas recebido pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para investimentos do Paraná?

1.1. Destas verbas, quanto foi pela Fonte 81 do Ministério da Saúde (M.S.)?

1.2. Se recebido por outras fontes, especificá-las, com os respectivos valores.

1.3. Discriminar quais seriam os programas e os respectivos valores.

2. Quais programas não foram executados e qual a razão?

2.1. Não executado o programa, qual foi o destino dado à verba?

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 053/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1º a 3º graus, no Estado do Paraná, na conformidade da presente Lei.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-ão como casa de diversões os estabelecimentos que realizarem espetáculos municipais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades so-

ciais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

§ 2º - Serão beneficiados por esta Lei os estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Artigo 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade estudantil expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus, UBES, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas- UPES e pela União Nacional dos Estudantes - UNE.

§ 1º - A autenticação e expedição das carteiras referidas no caput deste artigo deverão se dar como base em listagem de alunos regularmente matriculados, fornecida pela direção de cada estabelecimento de ensino, até um mês após o encerramento das matrículas.

§ 2º - As carteiras, válidas em todo o território nacional, só perderão a validade após a expedição das novas carteiras independentemente do ano letivo.

Artigo 3º - Caberá às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento desta lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) ANTONIO BELINATI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, honrado Parlamentar dos Campos Gerais, Senhores Deputados.

Venho para esta Assembléia em nome de um povo trabalhador, de um povo esperançoso e que tem no trabalho a fonte da sua subsistência, um povo que luta, um povo que se esforça para superar as dificuldades que se apresentam em suas caminhadas.

Estive, Sr. Presidente, na manhã de terça-feira dia 14 deste mês, na cidade, no Município de Capitão Leônidas Marques, participando de um grande manifesto dos

agricultores do Vale do Rio Iguaçu, do sudoeste e oeste do Paraná, agricultores que serão atingidos pelo reservatório da Usina de Salto Caxias. Em torno de 5 mil pequenos produtores rurais, comerciantes, empresários, políticos, a igreja da região, do sudoeste e Oeste do Paraná, lá naquela manifestação ordeira, pacífica e que buscava e visava tão somente exigir das autoridades do Governo do Paraná e da COPEL o atendimento às reivindicações justas daquela gente.

O Rio Iguaçu, Sr. Presidente, que se estica da Cidade de Curitiba a Foz do Iguaçu, este rio majestoso e dadivoso, às vezes deixa o seu romantismo e se torna cruel para o Paraná. Tem sido nas enchentes, tem causado transtorno à nossa família paranaense e também a agricultura da nossa região tem sofrido às vezes o pesadelo e as lágrimas deste rio, o Rio Iguaçu, famoso Rio Iguaçu. O Rio Iguaçu por sua topografia, na verdade lá na nossa região é o motivo de preocupação para todos nós. O Rio Iguaçu que gera a energia elétrica para acender a luz aqui em Curitiba, neste Plenário, para acender a luz em São Paulo e Rio de Janeiro, tem causado à nossa população trabalhadora, agricultora, um pesadelo extraordinário. Primeiro foi a Usina de Salto Santiago, depois foi a Usina de Salto Osório, mais tarde a Usina de Foz do Chopin, depois a Usina de Itaipu, mais tarde ainda a usina de Salto Segredo e agora a Usina de Salto Caxias. A nossa região tem produzido a energia elétrica que se consome neste País, expulsando lá das margens férteis do Rio Iguaçu os agricultores da mão calejada, que sonharam em construir lá naquele torrãozinho de terra o lar para os seus filhos e para suas famílias.

Estas Usinas têm sido cruéis e perversas para a nossa Região, Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk. Muita gente ao final das Usinas abandonam os seus lares, muitas favelas têm se formado ao longo das grandes cidades, vítimas das usinas hidrelétricas como é o caso de ITAIPU e outras que por aí existem, favelados, moradores em baixo das pontes e dos viadutos, agricultores que tinham os seus pedaços de terras, e que hoje vivem o pesadelo e a angústia de ser bôias-frias maltratados por essa vida. E a nossa temeridade e o nosso temor é que a usina de Salto Caxias volte a ser novamente um pesadelo para a nossa região.

Os agricultores de lá não se conformam de ver a sua terra, o seu pedaço de chão sendo invadida lenta e gradualmente pelas águas do Rio Iguaçu, levando consigo aquelas águas os sonhos, a esperança, a alegria de um dia viver tranqüilamente com a sua família num pedaço de chão. E o que

resta a nossa região Sr. Presidente, e o que resta ao nosso povo que vai ser desabrigado, que vai ser expulso das suas terras? A não ser o direito de jogar a mala nas costas e ir embora para outras terras, para outros Estados.

E por isso que nós, esta Assembléia Legislativa, no período passado acompanhou atentamente a questão da construção da usina de Salto Caxias. Tivemos avanço é verdade, a COPEL e o Governo do Paraná, se estabeleceu uma conversa franca e leal com os agricultores, com os pequenos proprietários rurais da nossa região, nós não podemos negar esta verdade. Agora, o que queremos neste instante é, por que os agricultores fizeram, e estivemos lá para ser solidários com aquela manifestação volumosa, o manifesto do dia 14 de março, lá no canteiro de obras da usina de Salto Caxias, um manifesto para que a COPEL cumpra os compromissos estabelecidos em documentos com os agricultores que serão atingidos pelo reservatório da usina; e lá também estava o nosso companheiro Deputado Irineu Colombo, juntos somando solidariedade ao movimento dos agricultores, aos empresários, às indústrias, aos municípios que serão afetados pela usina de Salto Caxias, serão seis mil e cem pessoas que serão atingidas pelas águas do Rio Iguaçu.

O comércio da nossa região sofrerá um impacto forte na sua economia, as indústrias, os Municípios terão prejuízos porque o povo será obrigado a deixar as terras e ir embora para outras cidades, para outros municípios. E a COPEL quando nesse instante precisava ter 20% das terras desapropriadas e os agricultores reassentados, ainda apenas 2% das propriedades da nossa região estão pela estatal paranaense.

Queremos que a COPEL cumpra com o que foi escrito e avaliado por essa Assembleia rigorosamente, levando um sonho, levando que os nossos agricultores possam se reestabelecer, reorganizar as suas vidas em outro lugar.

Prezado Prefeito Delso Salabria da cidade de Capitão Leônidas Marques, porque é lá em cima da sua terra, do seu município que será construída essa usina. Por isso, Sr. Presidente, é que trago aqui hoje o grito que está na garganta daquela gente humilde de mão calejada, daquele povo que não quer guerra, não quer briga; um povo que quer a paz, que ergue a bandeira branca dizendo às autoridades do Governo do Paraná e da COPEL: "escutem o nosso clamor, nos ajudem." Hoje vivemos um momento de angústia estabelecido por uma política do Governo Federal que massacra, que violenta a agricultura, e também este foi motivo de preocupação e é motivo dos agricultores gritarem. E ontem

os quatro quadrantes do nosso Estado viveu caravanas de agricultores levando as suas máquinas, seus produtos e jogando nas portas do Banco do Brasil a dizer ao Governo Federal que não é mais possível continuar com esta política de arrocho, de angústia e de crueldade que submete à humilhação o agricultor sofrido do nosso Estado.

Também lá, em Salto Caxias, foi dito, em voz alta, que é preciso que o Governo Federal estabeleça uma política decente para o agricultor que não tem mais esperança, que não tem mais paciência e que vê a sua propriedade esvair-se pela necessidade de entregá-la aos bancos para cobrir os prejuízos ocasionados por esta safra e por outras passadas.

Encerro aqui, Sr. Presidente, dizendo a esta Casa, levando aos Srs. Deputados deste Parlamento, a V.Exa. Deputado Irineu Colombo, que esteve conosco lá, em Salto Caxias, vendo a angústia daqueles agricultores, o sentimento daquela gente pobre e humilde que vê a sua terrinha sendo quase abracada pelas águas indomáveis do Rio Iguaçu. Aqueles homens que querem ser tratados com respeito e dignidade, nada mais. Não querem briga, lá mesmo presenciamos o ato dos agricultores exigindo que ninguém mexesse nos maquinários da empreiteira que constrói a obra, que ninguém mexesse numa peça sequer da COPEL que está lá, com um canteiro de obras, quase concluído, apenas exigindo do Governo do Estado e da COPEL. E sabemos que o governador Jaime Lerner, preocupado com a situação, esteve lá, no canteiro de obras, no domingo passado, verificando, *in loco* a situação da Usina de Salto Caxias.

É esse grito de alerta que estamos trazendo a esta Casa, para que a nossa região, tão cruelmente massacrada pelas usinas hidrelétricas, gerando energia elétrica lá em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, e nós lá, ficamos com o concreto armado, vendo aquele gigante, aquelas construções gigantescas, sem nada termos em contrapartida, sem recebermos nada, sem recebermos o apoio das autoridades governamentais, para que a nossa região possa também ter progresso vivenciado por outras regiões. Chega! Basta de gerarmos o progresso para os outros e ficarmos à margem dele! Chega de gerarmos energia elétrica para os outros e nós ficarmos à margem dela! A nossa população miserável, empobrecida, sobretudo os agricultores, não têm o socorro, não têm a contrapartida por darem parcela do desenvolvimento.

É nós não somos contra o progresso, pelo contrário, dele somos avalistas, mas queremos que lá, lá naquela região rica, de uma terra fértil, de um povo generoso e trabalhador, também se vivencie o progresso e o desenvolvimento gerado às custas do

nosso sacrifício e do suor da nossa gente!

É este, Sr. Presidente, o nosso manifesto, o nosso grito, que é, sem sombra de dúvida o grito daquela gente trabalhadora e sofrida do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Grande Expediente passamos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora saibamos da necessidade que tem os Srs. Deputados de que a Sessão se encerre logo em seguida para atenderem seus compromissos de viagem ao interior do Estado, não poderíamos em hipótese alguma deixar de comparecer à Tribuna na condição de Parlamentar presente nesta Casa há doze anos, integrante da Comissão de Agricultura e do Bloco Agropecuário, de manifestar neste dia mais uma vez nossa solidariedade aos agricultores paranaenses e brasileiros.

No dia de ontem o Brasil viveu momentos memoráveis onde o homem trabalhador, o homem da mão calejada como costumamos dizer, deixou a sua modéstia de lado, deixou seu acanhamento, foi à rua, foi às praças públicas, foram às rodovias, foram de frente as agências bancárias, e manifestaram com muita clareza a sua insatisfação com referência a política econômica e agrícola existente nesse País. Até diria, manifestaram a sua posição contra a falta de uma política agrícola nesse País. Porque não é de hoje, e eu que sou filho de um agricultor 42 anos convivo com os problemas do meio rural, estou acostumado, mas não concordando com essa sistemática sempre adotada pelo Governo Federal de não ter recursos na hora do plantio, de não se ter recursos na hora dos tratamentos culturais, de não se ter recursos na hora da colheita, de não se ter recursos na hora da venda, da comercialização, de não se ter armazéns disponíveis para depositar esses produtos.

É lamentável que depois de tantos e tantos anos, depois de tantos e tantos movimentos a gente assiste mais uma vez o Brasil vivendo uma crise no setor produtivo, onde os produtores sofrem com a incerteza do fim ou não da TR, que em tempos passados tinha a sua prima irmã a OTN a ORTN, que maltratavam a vida dos agricultores. Com a incerteza de não saberem se haverá recursos para a comercialização, se haverá armazéns para receberem seus produtos ou se haverá uma política clara e bem definida com relação a importação de cereais nesta época em que a safra está sendo colhida.

Ontem sei que muitos parlamentares que aqui estão de volta na Assembléia estiveram em seus municípios, em suas regiões. Sei que o Colombo esteve lá em Medianeira liderando o movimento. Sei que o Zuk esteve em Pato Branco. Sei que outros companheiros percorreram o Estado do Paraná visitando as cooperativas, sindicatos, conversando com agricultores. Nós mesmo tivemos a oportunidade de ao lado do Deputado Plauto Guimarães participar da mobilização dos agricultores na Cidade de Ponta Grossa. E o fizemos com a certeza que sempre tivemos de que o agricultor precisa ter, no mínimo, o respeito das autoridades constituídas, precisa ter, no mínimo, a certeza de que vai plantar e um dia colherá esse produto e terá como comercializá-lo dentro das políticas de governo estabelecidas na forma de preço mínimo.

Vejam nobres companheiros, já foi falado aqui e nunca é demais repetir, iremos repetir sempre para que este clamor dos agricultores possa chegar ao Presidente da República, possa chegar aos Ministros da área econômica para que eles possam mudar o seu comportamento e a sua ação e reverter esse quadro tão maléfico à agricultura. Hoje no Paraná, com a ausência de recursos para comercialização de safra em que pese o anúncio na tarde de ontem em Curitiba, através do Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, de que está se liberando 76 milhões de Reais para o Paraná, mas vejam vocês, só para a comercialização de milho, há uma estimativa de necessidade de recursos da ordem de 300 milhões de Reais e estes 76 que estão vindo, não são destinados apenas à questão da comercialização do milho. Têm recursos para outras culturas, como é o caso de recursos para cafeicultura.

Temos que aqui lembrar aos companheiros parlamentares e àqueles que nos visitam, que hoje no Paraná, fruto dessa ausência de recursos e de uma política de armazenamento e comercialização, o milho está sendo comercializado ao redor de 4 Reais a saca, quando o preço mínimo estabelecido pelo próprio é de R\$ 6,32.

Se nós descontarmos desses R\$ 4,00, R\$ 1,50 referente à debrulhagem e frete desse produto, veremos que o agricultor está recebendo apenas R\$ 2,50 por uma saca de milho. R\$ 2,50 é o que se paga por duas carteiras de cigarro de preço médio. É lamentável imaginar que o agricultor pega lá no seu sítio, em cima de um caminhão de pequeno porte, coloca 120, 150 sacas e ao receber no final o preço pago pela cooperativa ou pelo comerciante cerealista, não consiga apurar sequer, R\$ 300,00 por um caminhão de milho.

É lamentável a gente constatar que comparecendo a qualquer restaurante de

porte médio, não daqueles chiques, mas um restaurante desses onde a população classe média vai e ali você realiza uma refeição e ao final você verifica que consumiu em termos de preços relativos, 10 sacas de milho, por um almoço, um refrigerante e uma sobremesa.

É lamentável que o Brasil esteja nessa situação, é lamentável que a insensibilidade continue acontecendo em referência ao agricultor, sensibilidade que existe de sobra quando é para cuidar dos interesses da indústria automotiva que teve do governo federal, uma pronta ação, fazendo com que os carros importados, fossem taxados em mais 12%, dessa forma, salvaguardando os interesses da indústria brasileira. Fizessem o mesmo com o milho, com algodão, fizessem o mesmo que fazem no dia a dia com o setor industrial, e nós teríamos o Brasil uma agricultura e uma pecuária estável, rentável e, acima de tudo, produtiva.

É lamentável que tenhamos que ir às ruas para fazer valer aquilo que na lei está escrito. É lamentável que tenhamos que deixar os nossos compromissos para ir cobrar do governo o cumprimento daquilo que ele próprio anunciou.

Se por um lado tudo isso nos entristece, por outro lado, pelo menos, alguma coisa nos deixa animados: lendo hoje na imprensa que o Deputado Abelardo Lupion aqui do Paraná, o Deputado Hugo Biel de Santa Catarina, o Deputado Dilson Sperafico do Mato Grosso do Sul e o Deputado Augusto Mardes do Rio Grande do Sul, na Câmara Federal lideram um movimento em favor da agropecuária, congregando parlamentares em uma reunião hoje no Congresso Nacional, com a presença do Senador, Ministro José Eduardo Vieira, do Pedro Malan e do José Serra e que logo a seguir, coordenados por outros Deputados, terão eles uma audiência com o Presidente da República.

Espero que dessas audiências, o Ministro José Eduardo, o Ministro Malan e o Ministro Serra possam se sensibilizar ao nível da necessidade dos agricultores e possam, junto com os Senhores Parlamentares sensibilizar o Presidente da República, para a adoção rápida de medidas em favor do fim da Taxa Referencial, da TR, nos financiamentos, em favor da liberação de recursos para comercialização da safra, em favor do credenciamento de novos armazéns, em favor da remoção de safras de outras épocas que hoje impedem o recebimento das safras atuais e principalmente adotar uma postura em relação aos financiamentos que são concedidos às importações de milho de outros países, principalmente nesta hora da colheita.

Espero realmente que sob a coordenação

desses Parlamentares, o Lupion, do Biel, do Sperafico e do Nardes, representando os Estados do Sul do País, nós possamos realmente conseguir avançar nessas negociações e ver modificada a situação de penúria, de tristeza que vive a agricultura do nosso país.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Caro Deputado Orlando Pessuti, eu acho que os dados colocados por Vossa Excelência, felizmente colocados nesta Tribuna, são por demais conhecidos nesta Casa. Nós, ao longo das últimas duas semanas, junto com Vossa Excelência, com o Deputado Caíto Quintana, e demais Deputados aqui, nos pronunciávamos alertando sempre com relação aos problemas da nossa agricultura e a despeito de cada dia que passa nós temos que cada vez mais colocar com veemência a situação em que se encontra, os problemas da nossa agricultura neste momento, nós participamos ontem, eu particularmente no sudoeste, junto com o Deputado Caíto Quintana, do movimento dos agricultores em Pato Branco e Dois Vizinhos. Pato Branco já pela segunda vez e em Dois Vizinhos ontem pela primeira vez, e já ficou claro nesses movimentos, Deputado Pessuti, ficou claro nesses movimentos de que documentos foram produzidos, reuniões foram efetuadas, os dados são muito claros, as evidências são muitas concretas com relação a esta problemática da agricultura e me parece que o grau de revolta que já toma conta dos nossos agricultores é uma coisa que nos preocupa muito.

Este Poder, por decisão do Sr. Presidente, e sugestão do Deputado Caíto Quintana na última Sessão, suspendeu a Sessão de ontem para participação dos Senhores Deputados fazendo coro, emprestando solidariedade aos nossos agricultores neste movimento que foi nos quatro cantos do Paraná e também nos vizinhos Estados do Sul.

Neste momento acho que nós temos que tomar decisões concretas e ontem nós conversávamos com os agricultores e dizíamos a eles da segurança de que nós aqui como representantes legítimos da população estaríamos alertas e solidários a esta questão no momento delicadíssimo, que aliás não são todas as pessoas e nem todas as autoridades que conseguem perceber o quão grave é este problema neste momento, razão pela qual nós colocamos lá de que nós acompanharíamos as Lideranças agropecuárias do país todo, que estaria em Brasília no dia 21 para conversar com o Ministro, com a área econômica, com o Presidente da República.

Acho que temos que formar esta Comissão representando o Poder Legislativo, nos

mantermos ligados a OCEPAR, a FAEP, a FETAEP, as entidades ligadas ao setor e em nome deste Poder estarmos juntos nesta caminhada que é muito importante, porque o agricultor já não aguenta mais.

Quero testemunhar aqui que mais de 10 mil agricultores estavam em Dois Vizinhos, mais de cinco mil agricultores estavam em Pato Branco, porque já era o segundo movimento e que realmente há um clima de revolta entre os produtores. O milho continua sendo comercializado, quando se tem comércio, ao preço de 3,50, 3,80 reais a saca.

Não pode se admitir que um agricultor que plante 2, 3 ou cinco alqueires de milho possa vender a sua produção e não tenha a condição sequer de fazer, de pensar em fazer a próxima safra com o mínimo de condição de tecnologia que os senhores bem conhecem que seria pelo menos adquirir a semente selecionada e colocar o adubo necessário para que tivesse ele uma nova safra.

Há uma situação complicada, os agricultores permanecem, diga-se de passagem, ordeiros, pacíficos, e devemos registrar aqui pela situação em que se encontra a agricultura, agricultores devendo, já pagaram a primeira prestação das suas máquinas através do FINAME e estão devendo mais do que uma máquina nova pela situação da importação do milho que está chegando, principalmente na região da fronteira, pela situação de que não há uma definição da safra de inverno agora, não há recurso para a comercialização, o agricultor encontra-se muito pacífico.

Agora, a continuar essa situação, teremos que deixar alertado aqui, que sem dúvida nenhuma ocorrerão atitudes mais drásticas por parte dos agricultores.

Então, me somo a Vossa Excelência nesse momento para registrar aqui a nossa solidariedade a esse movimento ocorrido em todo o Estado do Paraná, e pedir apoio dos demais Deputados desta Casa, ao Sr. Presidente, para que tenhamos a condição de formar aqui uma Casa vigilante, em vigília permanente com relação a esse problema. E façamos então essa comissão em representação a esse Poder para acompanhar passo a passo junto com os nossos agricultores essa negociação.

Gostaria que fosse registrado nos Anais desta Casa por uma sugestão, e enviado à OCEPAR e todas as entidades representativas a nossa solidariedade da Casa de Leis do Paraná a esses agricultores que foram às praças públicas ontem, ordeiramente, como uma grita de esperança ainda, mas muito mais de alerta pedindo ao Governo Federal que tome providência se não quebra de vez a nossa agricultura.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MARQUINHO ALVES (Pela Ordem) - Estou acompanhando atentamente o discurso do nosso querido Dep. Orlando Pessuti.

Só queria registrar a presença do nosso Excelentíssimo Prefeito Municipal de Sarandi Prefeito Milton Machini, que se faz presente nesta Casa de Leis.

Queria registrar a presença maravilhosa, que seja bem-vindo aqui nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com o registro do Deputado Marquinhos do Prefeito de Sarandi, devolvemos a palavra ao Ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Orlando Pessuti, acho que o movimento conforme se falou antes da realização dele não pode se extinguir pelo próprio movimento. Portanto, faz bem Vossa Excelência em repercutir nesta Casa o movimento que ocorreu ontem. Tivemos, já falou o Deputado Augustinho Zucchi, no Sudoeste do Paraná, Pato Branco com aproximadamente quatro mil agricultores, Dois Vizinhos com mais de dez mil agricultores reunidos, aonde esteve junto também o Deputado Colombo. E o que impressiona Deputado Pessuti é a passividade do movimento, a esperança que ainda detêm a agricultura de que alguma medida seja tomada urgentemente. Agora, fica o grito de alerta da agricultura, impressiona-me Deputado Pessuti porque por exemplo com respeito a safra de milho, tenho minhas dúvidas de uma medida que possa vir de encontro ao agricultor. Grande parte da safra de milho já está nas cerealistas e cooperativas, vendida.

Portanto, se tivermos um aumento no preço do milho ele não vai atingir a base da agricultura como um todo. Então, esse movimento tem que ser o ponta pé inicial, Deputado Pessuti, para uma preocupação efetiva, do Governo Federal com o que irá acontecer, indiscutivelmente, na nossa agricultura, se não tivermos uma providência imediata.

Vem aí novas safras e safras de agricultura de subsistência que serão varridas, aqui no Sul do País, na pequena propriedade, que por plantar área pequena não tem como desenvolver alta tecnologia. Fico me perguntando sempre o que vai acontecer com a safra do trigo, se não tivermos mecanismo de proteção ao trigo, no País. E ouvia quando V.Exa. falava no aumento de impostos para carros, o Governo sistematicamente fala, nobre Deputado, na evasão de recursos, desequilíbrio da nossa balança por déficit apresentados, em razão de sair mais dinheiro. Ora, isso também se aplica

a agricultura. Se comprarmos produtos agrícolas dos países do MERCOSUL estaremos levando evasão de recursos nossos para a agricultura de outros países e sangrando a economia nacional.

Por isso é importante uma colocação feita aqui na Assembléia, nesta semana, de marcarmos mesmo posição com respeito ao grupo que trata de agricultura, no MERCOSUL, para que tenhamos alguém da região Sul representando este setor alguém vinculado a agricultura e a pequena agricultura para que não ocorra o que aconteceu com o milho.

Parabenizo V.Exa., parabenizo os agricultores, que num protesto altamente pacífico deram seu recado. Engana-se o Governo Federal se pensar que este movimento se extinguiu no dia de ontem, se não houver uma resposta imediata ao pleito da agricultura e da pequena agricultura do Sul do Brasil, outros movimentos acontecerão e tenho absoluta certeza que não tão pacíficos quanto aqueles que se realizaram no dia de ontem.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Pessuti, com enorme prazer estivemos juntos, ontem, na mobilização, na Cidade de Ponta Grossa.

Sabemos que o grande problema que atinge os produtores, o campo, é questão da TR. Tenho aqui um calculozinho para poder dar um exemplo de como é que realmente está a situação. Um custeio de um contrato de soja que captou dinheiro no dia 1/10/94, no dia 1/05/95, quando vence este contrato, vamos ter uma correção de 50%, sendo que a inflação, deste período, é de 20%. Então estamos tendo um juro de 30% em cima. Custará, no vencimento deste contrato 42,6 sacas, por hectare. Sendo que dias atrás escutei no Jornal Nacional, da Rede Globo, uma posição elogiando um produtor no Norte do Paraná dizendo que ele teve a maior produtividade do Brasil, está entre os produtores que tiveram a maior produtividade, e produziu 50 sacas por hectare. Comparando a produtividade dele com agricultores dos Estados Unidos, da França e dos países desenvolvidos.

Então veja a posição que está a agricultura do Brasil! É esta! Ela está quebrada se o Governo não se sensibilizar com esse movimento e não mudar esta questão da correção com a TR.

Não temos dinheiro também para comercialização de nossos produtos. Os preços mínimos estão defasados, desde a implantação do Plano Real os preços mínimos não são corrigidos, enquanto que os custeios agrícolas são corrigidos com 50%.

E a armazenagem? Nossos armazéns, estão cheios, lotados. Não têm espaço para armazenar esta que deve ser a maior safra da história do Brasil, com mais de 81 milhões de toneladas!

Espero que a área econômica do Governo Federal se sensibilize, note e veja a dificuldade que o campo está passando e espero que tome uma posição o mais rápido possível.

E também dentro do Ministério da agricultura, nessa questão do armazenamento, que arrumem uma solução, transferindo de um armazém para outro, transferindo estes grãos para o Nordeste, enfim achando uma solução para poder resolver o problema da agricultura no Brasil.

Ontem, no nosso movimento estavam presentes lideranças da região dos Campos Gerais, como o Presidente da Cooperativa Batavo, um produtor de nome a nível nacional, o Presidente da OCEPAR, o Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais e um número expressivo de produtores que estavam lá mostrando a dificuldade que o campo apresenta e traz.

E isso nobre Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço os apurtes dos nobres Deputados Zuk, Caíto Quintana e Plauto que se somam a nós nesse momento de manifestação de solidariedade aos agricultores do Paraná. E diria ainda mais, que se nós nesse momento estamos cobrando posições em favor da agricultura, o fazemos certos de que o Governo Federal já teve tempo de sobra para pensar o que fazer com a agricultura e com a pecuária brasileira. Não se justifica o argumento do Governo Federal como hoje pude assistir no programa, se não me falha a memória, Bom Dia Paraná ou Bom Dia Brasil, onde o Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil dizia que a safra chegou cedo.

Esse Governo que está gerenciando o Brasil é um Governo que vem na sequência do Governo Itamar Franco onde o atual Presidente era o Ministro da Fazenda, onde o atual Ministro da Fazenda era o Diretor do Banco Central, portanto não se justifica nenhum argumento de que não sabiam, que não tinham conhecimento da realidade brasileira, até porque, nas urnas o povo majoritariamente escolheu Fernando Henrique porque julgava ser ele a pessoa que mais conhecia de Brasil e que estava realmente em condições de comandar esse País.

Portanto, essa descontinuidade, essa falta de tempo como alega alguns de que faz só dois meses e 15 dias que o Presidente assumiu e de que não deu tempo de ver a questão da TR, dos preços mínimos de armazenagem não se justifica porque o pessoal que está à frente das instituições que coordenam esse trabalho à nível da

agricultura como é o caso da CONAB, como é o caso do Ministério da Fazenda, como é o caso do Banco Central, como é o caso da Presidência da República, todos eles estavam em plena e vigorosa atividade política dentro do Governo Itamar Franco que antecedeu ao Governo de Fernando Henrique.

Quero também registrar a posição do Governo Jaime Lerner, é salutar a medida que adotou o Governador de, dilatação de prazo do ICMs para o milho.

Resolve o problema? Lógico que não resolve, mas é uma medida concreta e efetiva do Governador do Estado, em favor do setor produtivo, em especial dos produtores de milho.

A posição do Ministro, embora sendo "sacota" para alguns, de que autorizou através da CONAB, a aquisição de 150 sacas de milho por agricultor, pelo preço mínimo, também é uma medida, embora pessoalmente acredite difícil ser ela implementada, dado as dificuldades de operacionalização dessa medida, já são 150 sacas de milho por pequeno produtor, mas também é uma medida.

O Secretário Hermas Brandão que esteve conosco com o Dique de Deus e com Parlamentares desta Casa e com representantes da FAEP na última terça-feira em reunião do Bloco Agropecuário, anunciou que está havendo uma mobilização do Governo Federal através da CONAB, através do Ministro da Agricultura para que o milho paranaense possa ser comercializado no Nordeste a um preço que possa ser competitivo lá naquela região, e que para isso também o Ministério da Agricultura estaria se colocando à disposição, se colocando na luta para viabilizar recursos para que esse milho pudesse chegar ao Nordeste num preço competitivo. São medidas ainda frágeis, são medidas que não correspondem às nossas necessidades, mas são medidas que foram tomadas e que nós precisamos registrar num momento como esse.

Mas o Governo Federal através da Fazenda e do Planejamento, porque é ali que a coisa acontece, nós ainda quando em Ponta Grossa numa reunião com o Ministro da Agricultura dizíamos que dávamos apoio à sua indicação ao Ministério da Agricultura e que acreditávamos no seu trabalho porque ele era do meio econômico e que teria conhecimento e força para brigar com a área econômica em defesa do setor agropecuário.

Entendo que o Ministro José Eduardo tem que bater forte, tem que brigar com raça, como sempre nas suas brigas para enfrentar e demover as opiniões da área econômica que ele bem conhece, porque se ele não bater forte, se não brigar firme em favor da agricultura, corre o risco o Ministro e daqui a pouco, como já está começando, receber ele a batida forte dos

agricultores insatisfeitos com a situação da agricultura nacional.

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Tenho duas preocupações: uma das preocupações é que está também trazendo dificuldades aos agricultores, é a questão da exportação do milho que vem da Argentina e veja o seguinte: sou um exportador também para a Argentina.

Eles criam, a Argentina cria aos exportadores brasileiros, todo o tipo de dificuldades e nós brasileiros, deixamos que o milho deles entre facilmente no Brasil e o mais grave ainda, que abriu-se o MERCOSUL, marcou-se a data e esqueceram-se de colocar as regras nas aduanas, nas divisas dos países.

A outra questão: nós paranaenses temos que fazer força para que essa questão da agricultura se reverta, porque senão, o Ministro José Eduardo será o Ministro, que nos últimos anos vai ter a oportunidade de anunciar ao Brasil a menor safra já tida no Brasil, porque senão houver medidas nesse momento, o reflexo será no ano que vem e hoje diz que se a inflação está baixa é porque a agricultura está colaborando, mas no ano que vem, nós podemos ter a inflação alta porque as medidas não foram tomadas nesse momento.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Rossoni, agradeço aos demais Deputados e convido os Senhores Deputados para que possamos comparecer em Brasília, no próximo dia 21, terça-feira, quando haverá uma reunião das lideranças nacionais, lideranças estaduais da agricultura, tentando ajustar soluções para o problema vivido hoje pelos agricultores brasileiros.

Agradeço Senhor Presidente, Senhores Deputados e tenho a certeza de que lá estaremos para mais uma vez defender os agricultores do nosso País.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Pela Ordem.

Temos dois blocos criados na Assembleia: o Bloco Agropecuarista e o Bloco Municipalista.

Consulto a Mesa de que forma será, qual é o critério da formação desse Bloco, se é de acordo com a composição partidária na Assembleia Legislativa, e qual o número de integrantes de cada Bloco.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Ele faz a pergunta a Vossa Excelência, mas no que diz respeito ao Bloco Municipalista gostaria de adiantar ao Deputado Elio Rus-

ch, que o Bloco fora criado recentemente aqui na Casa, parece que Vossa Excelência, não esteve presente nas Sessões, na qual criamos, e é com 15 componentes, 15 suplentes e a indicação é feita pelas Lideranças dos respectivos Partidos, com assento nesta Casa e até por sinal, estava aguardando a oportunidade para solicitar às Lideranças que têm assento nesta Casa, para que façam as suas indicações.

Já falei com todos pessoalmente e hoje estou fazendo através do microfone, pedindo para que o mais rápido possível, a gente possa instalar o Bloco Municipalista.

Apenas para contribuir e colaborar com o Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devo informar a Vossa Excelência que a constituição do Bloco Municipalista e Agropecuario serão iguais à Comissão de Justiça e cabe às lideranças, indicar os seus membros, bem como, a escolha do Presidente ou do Coordenador, será feita pela maioria dos membros dessa Comissão.

O SR. ELIO RUSCH - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, com a palavra o Senhor Deputado Edgar Bueno.

Declina.

PSC.

Declina.

PTB.

Declina.

PDT.

Declina.

PPR.

Declina.

PP. Declina.

PMDB. Declina.

PT com a palavra. Deputado Péricles Mello.

O SR. PERICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, nós não poderíamos esquecer que hoje, dia 16 de março, se comemora os 38 anos de fundação da Rede Ferroviária Federal S/A. Por este motivo apresentamos requerimento de votos de congratulações à Rede Ferroviária e esperamos contar com o apoio de todos os Deputados num momento de extrema dificuldade que passa a Rede Ferroviária, com tantas estatais que foram sucateadas pelo Estado numa política de tarifas baixíssimas e hoje notícias de jornais nos dão conta de que o Governo está fazendo o saneamento da Rede com o objetivo de privatizá-la.

Então, nós queremos nos unir neste momento à luta dos ferroviários, aos demais trabalhadores das estatais brasileiras

contra esse desvario neoliberal que nos assola. Está aí a razão também do nosso requerimento.

Outro assunto que nos traz em nome da Bancada do PT a esta tribuna diz respeito a questão levantada por alguns Deputados sobre a extinção do Conselho Estadual de Educação.

Nossa Bancada sem nenhuma dúvida se coloca favoravelmente ao pleito de Cascavel e da região oeste do Paraná, no sentido de fortalecer a sua Universidade, realizar Vestibulares dos vários cursos, porque entendemos da importância da região oeste e sudoeste do Paraná, a distância dos seus polos até Curitiba, até Ponta Grossa, até Maringá e Londrina, e nada mais justo que aquela Universidade cresça e se desenvolva para ajudar também no desenvolvimento da região.

Então, a nossa posição é plenamente favorável ao pleito da região oeste à realização do vestibular, mas nós entendemos que não devemos usar como álibi um parecer de Conselho Estadual de Educação para extingui-lo, mesmo porque o parecer do Conselho de Educação apenas anota uma irregularidade formal no processo da criação. Ele não impede a realização do vestibular e a UNIOESTE terá cinco anos ou quatro anos conforme o curso, até a conclusão da primeira turma, para regularizar formalmente estas questões que dizem respeito ao planejamento, organograma, planejamento da infra-estrutura dos cursos.

Então, repito, seria um ato de imaturidade da Assembleia Legislativa do Paraná usar este motivo como álibi para extinguir um conselho que merece o respeito de todos nós.

Por isso queremos também, em nome do nosso Partido, transformar em nossa voz a voz do fórum de defesa da escola pública gratuita e universal que publicou o manifesto nos jornais do Estado que passo a ler neste momento:

(Lê):

"EXTINÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO Democratização ou Autoritarismo

Um grupo de Deputados está propondo a extinção do Conselho Estadual de Educação e do mandato dos atuais Conselheiros, possibilitando a criação de um chamado "Conselho Paranaense de Educação", com os novos conselheiros nomeados pelo atual governo. O projeto está tramitando em regime de urgência, o que significa que não passará pelos crivos das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa, sendo aprovado praticamente sem discussão.

Um dos motivos imediatos foi a polêmica a respeito dos novos cursos da Unioeste, mas a justificativa faz menção ao "ex-

cessivo rigor" das exigências do CEE e, copiando motivos da MP que extinguiu o Conselho Federal, alude vagamente a "troca de favores".

O CEE do Paraná tem se distinguido pela intransigente defesa da Escola Pública. Foi o primeiro a denunciar os desmandos do CEE; tem assumido posições independentes sempre na promoção das propostas defendidas pelos setores mais avançados da educação e, o que é importante, tem manifestado intensa vigilância quanto à qualidade de ensino, através de suas exigências e normas.

Somos favoráveis à adequação da estrutura do CEE do Paraná às mudanças na educação preconizadas pela nova LDB. Mas queremos que sua reestruturação passe por um debate amplo dos setores diretamente interessados. Não podemos admitir a ruptura com sua composição que, ao longo do tempo, tem mantido o equilíbrio político dentro do CEE, garantindo, em consequência, a autonomia de suas decisões. Um projeto de reestruturação do CEE/PR não pode tramitar em regime de urgência, impedindo a participação da sociedade nessa discussão. As forças vivas e democráticas desejam, sem dúvida, a democratização do Conselho Estadual, mas jamais sua extinção.

FÓRUM DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL.

APP- SINDICATO - SISMMAC - CUT - SINTE-PR - ANDES - APUFPR - SISMAR."

Por isso, Srs. Deputados, rogamos a todos, somos favoráveis a mudanças na estrutura do Conselho de Educação, achamos que a participação da sociedade civil organizada deve ser maior, deve ser ampliada, atualmente conta apenas com representantes da APP e da UPE. Mas entendemos que merece uma longa reflexão por parte dos Deputados para que cheguemos a uma posição melhor para a educação no Paraná.

O Sr. Emerson Nerone - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Péricles nos juntamos a vossa fala, enquanto discussões internas do Partido dos Trabalhadores, nós, enquanto Bancada, temos percebido que o tratamento dado pelo Governador Jaime Lerner, por esse novo Governo que se instala com relação a extinção do Conselho e a forma com que vai se dar a relação com as entidades citadas por excelência, com relação a educação e com relação por exemplo ao canal extravasor, as obras do canal extravasor, teremos nesses dois eixos a possibilidade de vislumbrar qual é o tom que vai ser dado pelo novo Governo com relação a coisa pública e com relação ao gerenciamento da coisa pública. Canal extravasor e a extinção, ou a mudança no Conselho Es-

tadual da Educação vão dar o tom desse novo Governo. E esperamos que enquanto Bancada, e nos juntamos a Vossa Excelência na sua fala, que o novo Governo trate essas questões com a mesma seriedade das promessas de campanha.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado Deputado Emerson Nerone.

Então, queremos pedir mais uma vez aos Deputados dessa Assembléia Legislativa que nos unamos numa discussão democrática, que qualquer projeto de mudança do Conselho passe pelas Comissões da Casa para que com maturidade possamos analisar bem a educação do Paraná. Defendemos, repito, a implantação na UNIOESTE dos vários cursos necessários. Entendemos que as próprias diretrizes do Governo Jaime Lerner compreendem a dinâmica e a importância da região oeste do Paraná. Lendo o plano de Governo verificamos que a intenção do Governo Jaime Lerner em duplicar a rodovia Cascavel-Foz do Iguaçu, Cascavel-Guaíra, construir a Universidade das Américas e grandes investimentos do ponto de vista turístico na chamada orla oeste.

O Sr. Edgard Bueno - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Quero fazer aqui um esclarecimento sobre o que nos levou e também o que levou os Deputados da região oeste do Paraná a tomar essa posição. E no momento em que o Deputado Péricles de Mello ressalta a necessidade da reestruturação do Conselho Estadual de Educação, este já é um reconhecimento de que mudanças precisam ser feitas. Estamos dispostos a discussão, ao diálogo, porque queremos o melhor para a educação do Paraná. Jamais devemos aceitar a arrogância, jamais devemos aceitar o absolutismo, por isso é que precisamos realmente mexer nessas estruturas, que as vezes anacronicamente tem emperrado o desenvolvimento da própria educação. Queremos contribuir nesta Casa para que a educação seja prioridade no Paraná.

Por isso, meu caro Deputado Péricles de Mello, agradeço principalmente pelo seu reconhecimento e da Bancada do PT, que precisamos de urgentes reestruturações com referência ao caso. Por isso, deixo aqui o meu agradecimento pelo seu reconhecimento.

O SR. PÉRICLES MELLO - Deputado Edgard Bueno, agradecemos também a sua posição de implementar um processo amplo e profundo da discussão sobre o Conselho Estadual da Educação, no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Sessão, do Prefeito Municipal de Rebouças, Sr. Pedro de Toledo; acompanhado do Vereador Jaciel de Andrade, Presidente da Câmara; e do representante da EMATER, do escritório local do Município de Rebouças, Clarisvaldo Antonielli; e do Presidente da Associação dos Agricultores daquele Município, Darcí Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está registrado.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Mensagem nº 014/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, em anexo, anteprojeto de lei que visa reajustar, a partir de 1º de março do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos; em comissão e as funções gratificadas dos Servidores Cíveis e Militares Ativos e Inativos e os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. **A Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Mensagem nº 015/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que as indústrias e cooperativas, estabelecidas no Paraná, que adquiram milho em grão de produtores paranaenses, para utilização no processo industrial ou na atividade de integração ou parceria, é concedido prazo de 90 (noventa) dias, além do normal, para o recolhimento do ICMS das operações com os produtos resultantes de sua industrialização, no montante de 12% (doze por cento) do valor de entrada do milho em grão no respectivo mês, assim como visando adotar outras providências em torno do assunto. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/95, de autoria da Comissão Executiva, que referenda o Decreto Legislativo nº 01/95, de 03 de fevereiro de 1995, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se ao País, no período compreendido entre os

dias 04 e 12 de fevereiro, em viagem aos Estados Unidos da América, para tratar de interesses do Estado do Paraná.

PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 01/95, de 03 de fevereiro de 1995, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 4 e 12 de fevereiro, em viagem aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.02.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos colocar posição a respeito do Projeto Decreto Legislativo 001/95.

Na ocasião que o Governador necessitou ausentar-se do País, fui um dos Deputados que assinei, tomando conhecimento desta autorização. Dizia na autorização que o Governador do Estado estava autorizado a ausentar-se do País no período de tempo compreendido entre os dias 4 e 12 para ir aos Estados Unidos tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

No dia seguinte a imprensa paranaense divulgou duas versões, uma que o Governador foi para tratar de interesses do Estado do Paraná e a outra que o Governador foi acompanhando a 1ª dama para um tratamento de saúde.

Acredito que até as duas versões estejam corretas, ou se não estiverem corretas uma ou outra necessita de explicações. E também é necessário que se saiba, nessas comitivas, quantas pessoas viajam, quem compõe estas comitivas e quais assuntos de interesse do Estado do Paraná que foram tratados. É necessário que se explique a esta Assembléia o que foi tratado, quais as conquistas ou nenhuma conquista. E se foi única e exclusivamente para tratamento de saúde da 1ª dama quem foi que pagou as despesas, porque aí o assunto seria de caráter particular e não de interesse do Estado.

É nesse sentido que fazemos este encaminhamento, solicitando estas explicações. Mesmo assim a Bancada se posiciona favorável.

vel. Entendemos, como já assinamos anteriormente, que um Governo de Estado necessita de viajar para o exterior, assim como votaremos favorável o item 2 da Pauta que concede licença para ir em viagem do interesse do Estado para Hannover.

Todas essas viagens devem ser perfeitamente explicadas a esta Casa. E se foi para tratamento de saúde, não cabe ao Tesouro do Estado efetuar estes pagamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Projeto em Votação. Aprovado.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/95, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Governador ausentar-se do País. (VI Seminário Brasil - Alemanha de Cooperação Empresarial). Aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período de 01 a 11 de abril próximo, com destino à Alemanha, a fim de comparecer a Feira de Hannover, onde proferirá palestra sobre "As Perspectivas do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná", no VI Seminário Alemanha - Brasil de Cooperação Empresarial.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Queremos comunicar à Presidência desta Casa que a Comissão de Obras Transporte e Comunicação já foi formalizada já com a ata aprovada pelos Senhores sete Deputados, ficando como Presidente o Deputado Cartário e vice-Presidente o Deputado Quielse.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai anotar e congratula-se com os ilustres eleitos certo de que essa comissão terá que fazer o seu trabalho para que a Assembléia tenha mais credibilidade.

Sobre a mesa, Requerimento nº 353, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 376, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoioamento

dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romaneli, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral para discutir e votar o Projeto de Lei nº 52/95, que se encontra em Regime de Urgência - Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acho e defendo que a C.C.J. deveria agir como a Comissão de Obras, que já comunicou à Mesa que já está constituída com o seu devido Presidente.

O regime de urgência solicitado e aprovado por este Plenário remete esta Mensagem para ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, Comissão esta já composta, faltando simplesmente a eleição de Presidente e vice-Presidente.

Portanto é possível essa Comissão se reunir hoje, fazer essa eleição data de segunda-feira ou mesmo hoje analisar esse Projeto. Se formos deixar da maneira que estão, sempre transformando em Plenário Geral, essas comissões nunca vão ser formadas, e vamos inverter o papel, aquilo que cabe à Comissão passar a ser analisado pelo Plenário Geral.

Nós da Bancada do PT, conversamos e não assinamos tal requerimento, porque entendemos que é possível a instalação da C.C.J., designar o relator hoje, e 2ª feira antes da Sessão, o relator fazer o seu relato e ser aprovado por essa C.C.J..

Nesse sentido encaminhamos contrário à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Regime de Urgência aprovado e a Comissão Geral para segunda-feira, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Com o voto contrário da Bancada do PT. Designo como relator o Deputado Nelson Justus.

Requerimento nº 378, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 380, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Milton Puppio, Sâmis da Silva, Edgard Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral para discutir e votar o Projeto de Lei nº 53/95. - **Aprovado.**

Designo o Deputado Zuk para relator.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente temos a mesma posição com relação ao anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - Com o voto contrário da Bancada do PT.

A Mesa informa aos Senhores Deputados que já colhemos o primeiro fruto da nossa interferência no assunto do IPVA. O Governo achou melhor, contrariando sugestão até de juristas, enviar o projeto para a Assembleia, não como Decreto, mas como um projeto de lei que vamos apreciar na segunda-feira.

Requerimento nº 354, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 355 a 357 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 358, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 359, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 360, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 361 a 363 de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 364, 365, 367, 368, 369 e 386, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 370 e 372 de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 371 e 373 de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

Requerimento nº 374, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 377, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 379, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÓLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na

forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 347, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 343, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Só queria que V.Exa. nos dissesse: V. Exa. anunciou que o Governo enviará mensagem sobre IPVA, na segunda-feira? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Anunciei que o Governo, atendendo o que determinou a Assembléia quando anulou a Resolução do IPVA, ele resolveu, decidiu mandar a mensagem do adiamento para pagamento do imposto de milho...

O SR. CAITO QUINTANA - Ah, correto. Perfeito. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052 e 053/95.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência na forma regimental do Senhor vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com o fim de instalar e eleger Presidente e vice-Presidente da Comissão. Procedido o su-

frágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Geraldo Cartário e Cleiton Kielse Crisóstomo, para Presidente e vice-Presidente respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Geraldo Cartário agradeceu a deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Sandra Zampier, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
GERALDO CARTARIO
CLEITON KIELSE CRISOSTOMO
JOSE MARIA FERREIRA
MILTON PUPPIO
RENY BORSATTO
MARCOS ALVES
PERICLES MELLO

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR PORTARIA Nº 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 025/94, da Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CINTIA APARECIDA PULNER, INDICIADA EM PROCESSO DISCIPLINAR POR INFRINGÊNCIA ao Art. 293, Inciso V, letra "b", da lei acima enumerada - ABANDONO DE CARGO - para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES
Presidente da Comissão